



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMUNICAÇÃO SOCIAL - CS/SR/PF/MS

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08335.011178/2023-19

1. DO OBJETO

Contratação de serviços para o fornecimento de itens de alimentação do tipo coffee break ou coquetel ou lanches prontos e seus respectivos itens de serviço para cerca de 1500 (um mil e quinhentas) pessoas, em demandas parciais, para atender as necessidades da SR/PF/MS conforme condições, quantidades, exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de itens de alimentação do tipo coquetel ou lanches prontos e seus respectivos itens de serviço, como travessas, suportes, badejas, tolhas, jarras ou suqueiras, guardanapos de papel, copos de vidro ou plásticos, garçons ou auxiliares, bem como, da montagem no evento.	Porção por pessoa	1500 pessoas	R\$ 32,90	R\$ 49.350,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Ao longo dos anos, as ações da Polícia Federal têm chamado à atenção do País, seja por combater a criminalidade de forma impessoal em nome de todos os brasileiros, seja por sua capacidade de realizar grandes operações policiais com absoluto sigilo, êxito e, muitas vezes, sem a necessidade de qualquer disparo de arma de fogo.

Uma das razões desse sucesso está no respeito à doutrina de planejamento operacional da instituição. Formado a partir das experiências dos valorosos policiais que fizeram da Polícia Federal o que ela hoje representa no cenário nacional. Da investigação inicial à deflagração da operação o comprometimento e o envolvimento dos Policiais Federais é inenarrável, é incalculável.

É na operação policial, por meio do cumprimento de medidas de polícia judiciária, que culmina todo o trabalho investigativo de dias, meses, por vezes, anos. Não raramente a conclusão de uma investigação conta com a participação de outras instituições, públicas ou privadas, a exemplo do Ministério da Previdência Social, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, as Polícias Rodoviárias Federal, Civil e Militar, a Controladoria-Geral da União (CGU), os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) etc.

Desencadear uma operação policial, comum ou especial, mega ou pequena, é uma atividade ordenada e sistematizada que visa estabelecer a estratégia necessária à consecução dos fins pretendidos, a partir da análise da situação fática e da previsão de respostas adequadas aos seus possíveis desdobramentos, otimizando-se, assim, os recursos disponíveis.

As equipes de deflagração, formadas essencialmente por Policiais Federais aptos a enfrentar as dificuldades que uma operação policial exige e para o cumprimento das ordens judiciais e demais medidas de polícia judiciária, reúnem-se em dia e hora previamente agendados, invariavelmente de madrugada, descansados mas sem qualquer terem feito uma refeição descente e completa. No entanto, o dia somente acabará após todas as ações

previstas para operação estejam cumpridas, presos e indiciados ouvidos e encaminhados, materiais apreendidos relacionados, atividades estas que por vezes, levam o dia todo. Destaca-se que os Policiais Federais ainda não tiveram tempo para a refeição.

Visando minimizar o impacto na efetividade do serviço e na qualidade do trabalho policial é *sine qua non* que a organização provenha minimamente um lanche ou um café da manhã para o efetivo empregado e envolvido na Operação Policial.

Mais além, Ofício 48 (33022032) deste processo, elenca os inúmeros eventos públicos que estão na pauta desta Superintendência Regional de Polícia Federal, como a posse do novo Superintendente, o aniversário da Polícia Federal, que completa 80 anos de existência em 2024 - *e para a qual a Direção-Geral prevê grande movimentações internas e externas aos ambientes policiais* -, as homenagens aos aposentados, o aniversário da SR/PF/MS, que este ano completa 59 anos, as condecorações com Medalha Arara Azul de Mérito e de Amigo da Polícia Federal Sul-matrogrossense, as comemorações do Dia do Policial Federal, entre outros.

A Polícia Federal é a instituição que atingiu os mais elevados índices de confiança da sociedade brasileira a partir das diversas atividades desenvolvidas, reafirmando a enorme importância de zelar pela nação e de combater o crime em nosso país, com técnica e independência a PF preserva os seus valores históricos e também projeta o seu futuro. O brio e a eficiência da instituição sempre a levaram adiante e mantiveram-na firme no caminho da virtude, do respeito à lei e da preservação dos direitos dos cidadãos. Tudo isso somente foi possível com o suporte de seus servidores e com o incomensurável apoio de pessoas de órgãos parceiros. Reconhecer o valor destas pessoas é dever do órgão!

Como, na sua maioria, os eventos previstos serão públicos, o fiel cumprimento do calendário, aliado à acolhida, ao planejamento e à cortesia dispensada a servidores e convidados demonstra, também, a dedicação, o profissionalismo e o envolvimento da Polícia Federal com seus quadros e com a sociedade, reforçando o orgulho de ser Policial Federal e enaltecendo os valores e a missão institucional do órgão no contexto nacional.

Por fim, esta solicitação baseia-se nos seguintes normativos:

- (a) Instrução Normativa nº 133- DG/DPF, de 19 de novembro de 2018, que disciplina a concessão e entrega da Medalha de Mérito Policial Federal e respectivo diploma;
- (b) Instrução Normativa 169-DG/PF, de 03 de julho de 2020, que regulamenta a solenidade de "Homenagem aos Servidores Aposentados da Polícia Federal";
- (c) Portarias 1297-SR/PF/MS, de 4 de dezembro de 2018 e a 1271- SR/PF/MS, de 18 de setembro de 2018, assim como o art. 6º do DECRETO 5.279 de 22 de novembro de 2004, o qual instituiu o dia 18 de março de cada ano para comemoração do "Aniversário da Policial Federal";
- (d) Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, dia do Policial Federal;
- (e) Portaria nº 1.297, de 04 de dezembro de 2018, alterada pela Portaria nº 2.063, de 18 de novembro de 2022, que outorga congratulações em nível regional, Medalha Arara Azul de Mérito e de Amigo da Polícia Federal Sul-matrogrossense, instituída com a finalidade de promover e valorizar as pessoas que contribuem para o fortalecimento da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul;
- (f) demais normativos que visam consubstanciar meta do Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2029, nos temas Valorizar o Servidor, Reduzir a Criminalidade e Incrementar os Acordos e Parcerias;
- (g) Operações especiais e de apoio da Polícia Federal; e
- (h) Eventos anunciados pela Coordenação-Geral de Comunicação Social ligados ao tema PF80, ou seja, exposições, projeções, coquetéis, confecção de certificados, confecção de diplomas, comendas diversas e ações de integração da Polícia Federal com a sociedade comemorando no seu aniversário de 80 anos.

(fonte: Manual de Planejamento Operacional da Polícia Federal, Brasília, 2013; <https://www.gov.br/pf> e Biblioteca Digital da Polícia Federal)

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1. Os prazos de entrega será de 03 (três) dias úteis, a partir do envio do empenho.

3.2. Os itens devem ser entregues no período compreendido das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30.

3.3. O endereço para entrega do bem estão dispostos no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	ENDEREÇO	CONTATO
Superintendência Regional de Polícia Federal do Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS)	Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS	(67) 3303-5626

3.4. Podendo ser alterado, dentro da cidade de Campo Grande/MS, a critério da Administração e informado com 24 horas de antecedências ao contratado.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

4.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.1.6. aprovar o cardápio para cada evento, ajustando-o, se necessário, dentro do prazo hábil para o fornecimento do serviço;

4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

5.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

- 5.1.7. enviar o cardápio para o fiscal do contrato/responsável pela demanda, com prazo razoável, para aprovação.
- 5.1.8. ajustar o cardápio básico à demanda do evento, podendo substituir itens e produtos, desde que não altere o valor final contratado.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 6.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 6.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 6.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 6.1.5. cometer fraude fiscal;
- 6.1.6. não mantiver a proposta.

6.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

6.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

6.3. multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

6.3.1. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

6.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

6.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

6.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

6.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

6.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

6.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

6.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

6.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

6.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

6.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

6.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado à empresa por Ordem Bancária, após o fornecimento e apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestadas pela autoridade da SR/PF/MS.

7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.1. o prazo de validade;

7.3.2. a data da emissão;

7.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.4. o período de prestação dos serviços;

7.3.5. o valor a pagar; e

7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. ANEXO

Não há.

Campo Grande-MS, na data da assinatura digital.



Documento assinado eletronicamente por **WANDREI ROBERT VANESKI**, **Agente de Polícia Federal**, em 16/01/2024, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=33408093&crc=6A63CA75.
Código verificador: **33408093** e Código CRC: **6A63CA75**.